

A EXTENSÃO E AS PARCERIAS INTERSETORIAIS RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO E À IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030: O CASO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO TOCANTINS – BRASIL

THE EXTENSION AND INTERSECTORAL PARTNERSHIPS TOWARDS THE INSTITUTIONALIZATION AND IMPLEMENTATION OF THE 2030 AGENDA: THE CASE OF THE ELECTORAL JUSTICE IN TOCANTINS STATE - BRAZIL

Ana Paula Biage Barboza¹
Ethienne Guinever Santos Milhomem²
Maria da Vitoria Costa e Silva³

Resumo: Este estudo objetivou analisar o papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais no processo de institucionalização e implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com foco nas ações de inclusão sociopolítica Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal e da Justiça Eleitoral no Estado do Tocantins, Brasil. A pesquisa, com abordagem qualitativa e quantitativa, apoiou-se nos métodos estudo de caso e na pesquisa-ação. Os resultados evidenciaram que as parcerias intersetoriais por meio da interlocução entre os saberes científicos e populares em sustentabilidade constituem mecanismos viáveis à otimização do conhecimento teórico e prático sobre as interfaces da Agenda 2030, o que pode favorecer a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a nível local. A conclusão é de que essas práticas locais, além de fomentar a formação de multiplicadores em sustentabilidade, podem auxiliar efetivamente na institucionalização da Agenda 2030, sendo que a adesão ao ODS 17 pode alavancar as articulações intersetoriais por mais sustentabilidade, sem deixar ninguém para trás.

Palavras-chave: Inclusão social. Parcerias intersetoriais. Participação democrática. Sustentabilidade.

Abstract: This study aimed to analyze the role of the university extension and intersectoral partnerships in the institutionalizing and implementing process of the 2030 Agenda for sustainable development, focusing on sociopolitical inclusion actions of Popular Advisers on Sustainable Development Goals at the Federal University and Electoral Justice in the Tocantins State, Brazil. This Research had a qualitative and quantitative approach based on case study methods and on Research-action. Results showed that intersectoral partnerships related to scientific and popular knowledge about Sustainability are viable mechanism to optimize theoretical and practical knowledge about the 2030 Agenda interfaces, favoring the seventeen sustainable development goals (SDGs) implementation at the local level. The conclusion is that these local practices can effectively help to institutionalize the 2030 Agenda in addition to fostering the training of multipliers in Sustainability; furthermore, the adherence to these seventeen SDGs can leverage intersectoral articulations for more sustainability, leaving nobody behind.

Keywords: Democratic participation. Intersectoral partnerships. Social inclusion. Sustainability.

¹ Servidora Pública Federal, Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9762821705782529> E-mail: paulinhabiage@gmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7302387434818550> ORCID:

<https://orcid.org/0000-0002-6906-4294> E-mail: ethienneg2016@gmail.com

³ Servidora Pública Federal, Doutoranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT). Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/10364483133337673351>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1753-3351> E-mail: costavitoria@uft.edu.br e/ou mavitcs@gmail.com

1 Introdução

A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, aprovou o plano global intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, com a instituição de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, buscando a erradicação da pobreza, a promoção da vida digna e o respeito aos limites do planeta (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015). Essa proposta pretende a colaboração da sociedade e governos rumo à efetivação dos ODS para uma transformação mundial de ordem econômica, social e ambiental, sem comprometer as gerações futuras e sem deixar ninguém para trás (ANDERSON *et al.*, 2017; NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Com isso, estudos apontam que a intermediação das universidades é primordial para fomentar o diálogo construtivo entre a sociedade e os arranjos organizacionais com vistas à compreensão da Agenda 2030 e a implementação dos 17 ODS (EL-JARDALI; ATAYA; FADLALLAH, 2018).

Segundo Zani e Tenório (2014, p. 869), “[a]s parcerias seriam o processo de partilha de recursos entre atores com ganhos mútuos para a obtenção de resultados convergentes”, ou sejam, esse compartilhamento de esforços e saberes, com foco no planejamento, na execução, na fiscalização e na avaliação de políticas públicas, podem conferir resultados mais edificantes, efetivos e sustentáveis para as políticas públicas locais (WARSCHAUER e CARVALHO, 2014).

Nesse aspecto, no Brasil, a Constituição Federal de 1988, ao consagrar o princípio da indissoabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (artigo 207), permite que as universidades promovam articulações intersetoriais com o fim de estimular a conexão entre saberes científicos e populares por mais inclusão sociopolítica e sustentabilidade (FREIRE, 2019, 2020; GADOTTI, 2017; RODRIGUES *et al.*, 2013).

O papel da universidade no século XXI se projeta em busca da universalização de saberes democráticos, reafirmando a excelência acadêmica com autonomia e criatividade, fomentando a eficiência e a economicidade, mas se reinventando diante dos desafios do mundo globalizado, num movimento a favor de um novo lugar, a “protopia, a Universidade Nova” (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008, p. 257).

Nesse perfilhar, considerando os relatórios da ONU que dimensionam os graves problemas sociais e ambientais que se agravaram com a pandemia de covid-19 (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2021), torna-se imprescindíveis ações locais que busquem a implementação da

Agenda 2030. Esse quadro, justifica esta pesquisa, cuja problematização se propõe à obtenção de respostas às seguintes questões norteadoras:

- i) qual o papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais no processo de institucionalização e implementação da Agenda 2030?
- ii) Ao analisar as experiências locais, é possível identificar projetos institucionais que estejam alinhados à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável a nível local?

Dessa forma, este estudo objetiva examinar o papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais como um instrumento indutor da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Estado do Tocantins, Brasil, a partir do estudo de caso do curso Assessores Populares em ODS da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da prática de inclusão sociopolítica da Justiça Eleitoral no Tocantins.

A premissa é de que as parcerias intersetoriais e a extensão universitária são mecanismos de viabilização e otimização da implementação da Agenda 2030, podendo alavancar a formação de multiplicadores em sustentabilidade e impulsionar a efetivação dos ODS a nível local.

Por fim, este artigo, com aderência especialmente no ODS 17 (parcerias e meios de implementação), estrutura-se em quatro tópicos: esta introdução; material e métodos; resultados e discussões; e as considerações finais.

2 Materiais e métodos

A metodologia, com abordagem qualitativa e quantitativa, ancora-se nos métodos estudo de caso e na pesquisa-ação.

O estudo de caso, segundo Ventura (2007, p. 384), com base nas lições (YIN, 2014), “representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados” a respeito de uma determinada ação, projeto ou assunto específico, cujo aprofundamento e conhecimento pode fomentar novas investigações ou mesmo apresentar soluções de melhorias sobre o objeto pesquisado.

Nessa lógica, “a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social”, pautada numa ampla e explícita interação entre pesquisadores com o objetivo de esclarecer e/ou melhorar os problemas da ação observada (THIOLLENT, 2018, p. 20-21).

Assim, de forma específica, no primeiro momento, realizou-se revisão bibliográfica sobre o papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais para o desenvolvimento sustentável, a partir de consulta procedida na base de dados Google Acadêmico, considerando o

período de 2015 a 2021, com a utilização dos descritores ‘extensão universitária no Brasil’ e ‘parcerias intersetoriais’ e ‘desenvolvimento sustentável’, os quais, após refinamento, foram selecionados alguns documentos relevantes, que consubstanciaram a abordagem qualitativa deste estudo.

Os critérios adotados para a análise dos artigos sumariados neste trabalho, além de suprir uma lacuna sobre o papel das universidades na implementação dos ODS por meio das parcerias intersetoriais, procuraram mapear alguns achados com o propósito de contribuir para o desenvolvimento sustentável localmente, cujo procedimento adotado encontra-se sintetizado no Quadro 1.

Pesquisa na base de dados <i>Google Acadêmico</i> por meio dos descritores: ‘extensão universitária no Brasil’ e ‘parcerias intersetoriais’ e desenvolvimento sustentável’		
Seleção de artigos a respeito da importância da extensão universitária e das parcerias intersetoriais para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável	Leitura dos resumos, objetivos, metodologias, resultados e conclusão de cada documento escolhido para compor este artigo	Seleção de alguns achados para subsidiar este estudo e análise de quatro programas de inclusão sociopolítica em execução na Justiça Eleitoral do Tocantins - Brasil

Quadro 1: Procedimento adotado neste estudo para a revisão sistemática de literatura

Fonte: Criação própria das autoras (2022).

Na sequência, examinou-se o projeto de extensão, intitulado “curso Assessores Populares em ODS: prática e localização”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (PPGDR/UFT), organizado por acadêmicos da disciplina Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II), sob a coordenação do professor João Aparecido Bazzoli.

Essa ação, além de formar multiplicadores sociais para trabalhar a Agenda 2030 nas suas comunidades, acompanhou quatro programas de inclusão sociopolítica em andamento no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (o Plano de Logística Sustentável; o projeto + Mulher + Democracia; o projeto Agentes da Democracia; e, o projeto Eleições Sem Sujeira), que já estão implementando os ODS a nível local.

3 Resultados e discussões

Neste tópico, no primeiro momento, aborda-se sobre o papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais para implementação dos ODS. Na sequência, analisa-se a ação de extensão da Universidade Federal do Tocantins intitulada: curso de Assessores Populares em ODS e quatro programas de inclusão sociopolítica em execução na Justiça Eleitoral do Tocantins.

3.1 O papel da extensão universitária e das parcerias intersetoriais para o desenvolvimento sustentável: uma revisão sistemática de literatura

A pandemia de covid-19 acendeu um novo alerta à humanidade, chamando a atenção de todos os países para os cuidados com as pessoas e com o próprio planeta (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2020, 2021).

Essa crise sanitária mundial é, por consequência, um indicador da necessidade de atenção global na busca por soluções para os problemas enraizados nas sociedades modernas, a exemplo das desigualdades estruturais, da degradação ambiental e das mudanças climáticas que estão comprometendo a vida no planeta terra (BAILEY *et al.*, 2020; NILSSON *et al.*, 2018; NILSSON; WEITZ, 2019; WEITZ *et al.*, 2018).

Nesse aspecto, o sexto Relatório de Avaliação Climática 2021, ao indicar a ação humana como responsável por graves transtornos ao meio ambiente, chama atenção para o aumento do aquecimento global e a necessidade de medidas urgentes para o enfrentamento dos danos ao planeta (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/IPCC, 2021).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas orienta que governos, comunidades e universidades busquem alternativas para a efetivação do Plano Global Transformando o mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2021).

A Agenda 2030, instituída em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, objetiva a erradicação da pobreza, a promoção da vida com mais dignidade para todos e o respeito aos limites do planeta. Essa proposta pretende a colaboração de todas as comunidades e governos rumo à efetivação de todos os ODS para uma transformação mundial e desenvolvimento econômico, social e ambiental, sem comprometer as gerações futuras (ANDERSON *et al.*, 2017; NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2015).

Com isso, os arranjos organizacionais precisam projetar ações que fortaleçam as parcerias intersetoriais, estimulem a participação social, aumentem os investimentos científicos e tecnológicos, rumo ao desenvolvimento sustentável (BASTIDA *et al.*, 2020; NAÇÕES UNIDAS/BRASIL, 2021).

Nesse processo, indaga-se: qual o papel das universidades e das parcerias intersetoriais com vistas à conscientização, mobilização social e participação democrática para a institucionalização e implementação dos ODS a nível local?

Os estudos de Ramos (2021, p. 564) enfatizam que “as Universidades, por meio das atividades de extensão, são importantes instituições articuladoras da construção coletiva de projetos de desenvolvimento territorial”.

Segundo Macedo (2019, p. 600):

O diálogo do saber acadêmico com demandas do ODS encontra, na extensão, um lócus privilegiado capaz de integrar áreas do conhecimento em respostas a demandas da sociedade e a interesses públicos. O procedimento [...] tem alcançado sucesso na relação Universidade e sociedade e permitido o desenvolvimento de competências tanto de discentes quanto de docentes, na missão social da instituição universitária, apontando desafios e possibilidades e o valor da interlocução entre interesses socioambientais e técnico-econômicos em perspectiva local. O caso descrito revela potenciais de aprendizagens significativas de natureza cognitiva, social e técnica apontando para simetrias entre sociedade e Universidade.

Para Boer e Silva (2021), a extensão universitária pode ser entendida como uma estratégia de intensificação da territorialização onde a universidade, ao se aproximar da sociedade, tem a possibilidade de interagir com as dinâmicas sociais e, por meio da dimensão política e pedagógica, ampliar os espaços de aprendizagem e diálogos construtivos, oportunizando aos atores sociais refletirem sobre os problemas de sua comunidade e, ao mesmo tempo, projetar soluções de melhorias para os espaços urbanos locais.

Na visão de Sen (2010), Lohn (2016), Alexandre, Martins e Haroldo (2016) para que ocorra o desenvolvimento sustentável requer, além da contribuição das universidades e da sociedade, a formação de alianças intersetoriais entre várias organizações da sociedade civil, com vista a trabalhar um planejamento vertical e horizontal que não deixe ninguém para trás, onde o desenvolvimento econômico, social, ambiental e institucional caminhem de mãos dadas de forma a permitir a inclusão social, o desenvolvimento da economia e a proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Nesse aspecto, os estudos de Monteiro (2017) destacam o sucesso do trabalho desenvolvido no bairro Abial, município de Tefé, no estado do Amazonas, que contou com a parceria de municípios, da Escola Estadual Getúlio Vargas, da contribuição de discentes da Universidade Estadual do Amazonas, da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, cujos resultados permitiram despertar a conscientização da comunidade para participar de ações locais voltadas para a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Assim, a extensão universitária e “as atividades envolvendo a intersetorialidade pública com parcerias entre a educação, saúde e ambiente, são saudáveis e deveriam ser comuns e frequentes nas comunidades” (MONTEIRO, 2017, p. 20).

Com isso, torna-se fundamental a “propagação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no ambiente acadêmico, para que, assim, a comunidade compreenda a importância de ações e estilos de vida sustentáveis” (BAZZOLI, 2021, p. 15).

Não obstante as contribuições apresentadas a respeito dos benefícios da extensão universitária e das parcerias intersetoriais para a institucionalização e implementação dos ODS, Santana (2019) chama atenção para que as atividades de extensão incluam nesse processo grupos sociais e populações vulneráveis, favorecendo o diálogo democrático, principalmente priorizando as necessidades locais, com acompanhamento por parte dos gestores e inserção de avaliações das ações realizadas com o fim de melhor contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural e ambiental, especialmente a promoção da saúde dos cidadãos que moram nas periferias urbanas.

Ademais, essa autora ressalta a necessidade de evitar ações isoladas, sem a conexão entre ensino, pesquisa e extensão, bem como sem a participação social e a responsabilidade por parte dos gestores públicos e privados. Neste aspecto, enfatiza que será preciso:

[f]ugir de ações na qual a Universidade caminha distanciada da realidade social do país e na qual a sociedade e os estudantes figuram como passivos, apenas como o público que irá receber a ação e como uma mão de obra executora, respectivamente” (SANTANA, 2019, p. 59).

Por fim, os achados evidenciam que a extensão universitária e as parcerias intersetoriais são fundamentais para o despertar da consciência e da participação democrática no processo de implementação dos ODS.

A Universidade tem um papel essencial nessa interlocução entre o conhecimento científico e os saberes populares com vistas ao desenvolvimento de resultados profícuos na efetivação de políticas econômicas, sociais e ambientais eficazes.

Com essa parceria entre a universidade, sociedade civil e os arranjos governamentais como prática contínua de desenvolvimento local objetiva-se que ocorra a institucionalização da Agenda 2030 e a implementação dos 17 ODS e suas metas de forma que a comunidade seja a protagonista das políticas locais rumo a sustentabilidade.

Nesse aspecto, o próximo tópico relata a experiência do projeto “Assessores Populares em ODS: prática de localização” da Universidade Federal do Tocantins, realizado em 2022, o qual pretende disseminar o conhecimento sobre as interfaces da Agenda 2030 e formar multiplicadores em ODS para o desenvolvimento sustentável local.

3.2 Um relato sobre a experiência do projeto Assessores Populares em ODS e as ações da Justiça Eleitoral do Tocantins por mais inclusão sociopolítica

Em 2022, as autoras participaram da ação de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), intitulada: Assessores Populares em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Práticas e Localização.

Esse projeto, organizado e realizado por mestrandos e mestrandas das disciplinas Seminários Interdisciplinares em Desenvolvimento Regional (I e II) do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT, sob a coordenação do professor João Aparecido Bazzoli, objetivou promover a institucionalização da Agenda 2030 e estimular a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir da formação de multiplicadores em sustentabilidade.

Importante ressaltar que a proposta contou com a parceria da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da Plataforma Eskada e do Núcleo de Tecnologias para a Educação da UEMA, da Rede ODS/Brasil e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico

Em síntese, no primeiro semestre do ano de 2022, o coordenador do projeto, após as orientações preliminares sobre a proposta da respectiva disciplina, dividiu a turma em 3 grupos, os quais, após receberem os conhecimentos necessários sobre a Agenda 2030, seus 17 ODS e suas 169 metas, realizaram pesquisas de campo na comunidade e, mediante o compartilhamento de saberes científicos e populares, conseguiram detectar a existência de projetos comunitários que já estão alinhados às diretrizes da Agenda 2030, mas que precisam de apoio científico e/ou técnico para o desenvolvimento sustentável.

Nessa oportunidade, cada grupo de trabalho escolheu um projeto local e, no decorrer do ano, puderam acompanhar de perto suas ações. Essa atividade foi primordial para a organização do curso de Assessores Populares em ODS.

Já no segundo semestre do ano letivo, após a organização do curso Assessores Populares em ODS, dividido em três módulos, com conteúdos teóricos e práticas locais, cada grupo apresentou o curso à sociedade por meio de aulas transmitidas pelo canal do *youtube* e via EAD, por intermédio da plataforma Eskada da UEMA.

No Quadro 2, consta os temas trabalhados nos três módulos do Curso Assessores Populares em ODS em 2022, com os respectivos links de acesso, caso o leitor tenha interesse em assistir.

Caso o leitor tenha interesse em receber certificado, poderá fazer suas inscrição na plataforma Eskada/UEMA, conforme link disponibilizado.

CURSO ASSESORES POPULARES EM ODS: PRÁTICA E LOCALIZAÇÃO – 2022		
MÓDULOS	TEMA	LINKS ACESSO
1	Agenda 2030 e as experiências de hortas urbanas	https://www.youtube.com/watch?v=E0dSTrd7D80&t=14s
2	ODS e as articulações sociais	https://www.youtube.com/watch?v=xOLcHZhvf6s&t=1s
3	Mobilização e a institucionalização da Agenda 2030	https://www.youtube.com/watch?v=OqazzO0QbnI&t=2218s
INSCRIÇÕES PELA PLATAFORMA ESKADA/UEMA		
	LINKS ACESSO	https://eskadauema.com/course/view.php?id=91

Quadro 2: Curso Assessores Populares em ODS/PPGDR/UFT

Fonte: Criação própria das autoras (2022).

Neste trabalho, relatamos a experiência do III módulo, o qual tratou a respeito dos ODS e das articulações sociais, com foco nas peculiaridades do ODS 17 que enfatiza a importância das parcerias como meio essencial à implementação dos ODS. No caso, as universidades têm um papel fundamental nessa articulação e na conscientização social para o alcance da sustentabilidade.

Dessa forma, o módulo III do curso Assessores Populares em ODS, além de analisar a institucionalização da Agenda 2030 no Poder Judiciário, examinou as atividades de quatro programas permanentes do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, sob a responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral, que já estão implementando os ODS, a saber: o Plano de Logística Sustentável, Agentes da Democracia, Eleições sem Sujeira e + Mulher + Democracia (BRASIL/TRE/TO, *online*).

O Poder Judiciário brasileiro, como um dos precursores da institucionalização da Agenda 2030, vem desenvolvendo desde 2018 a parametrização de suas metas e indicadores em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nessa lógica, em 2019, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 296/2019, criou a Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, propondo estudos, políticas e monitoramento de ações relacionadas à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no âmbito do Poder Judiciário (BRASIL/CNJ, *online*).

Nesse perfilhar, a partir de 2009, a Justiça Eleitoral do Tocantins, mesmo antes da institucionalização da Agenda 2030 pelo Poder Judiciário, já havia começado a projetar ações socioambientais com o objetivo de promover a conscientização, interna e externa, chamando atenção

dos diversos segmentos da sociedade para os cuidados com o meio ambiente, a racionalização dos gastos públicos, o combate ao desperdício, a promoção da gestão adequada dos resíduos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Assim, o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (PLS-TRE-TO) contempla 5 eixos: o meio ambiente, o consumo consciente, a inclusão social, a saúde e o bem-estar (BRASIL/TRE/TO, *online*).

O PLS consiste, portanto, numa ferramenta de gestão que se encontra alinhada ao Planejamento Estratégico do TRE-TO, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos e execução estabelecidos, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitem estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade no trabalho (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Com isso, os relatórios de desempenho da Justiça Eleitoral do Tocantins, apontam que as ações implementadas têm promovido considerável redução dos gastos públicos, otimizado as ações de conscientização e de inclusão social, permitido a realização de parcerias com associações e cooperativas locais para a destinação correta de resíduos sólidos, proporcionando saúde e bem-estar. De igual modo, essas ações estão conseguindo promover a utilização de energia limpa e a sensibilização dos clientes, internos e externos, a exemplo dos candidatos e partidos políticos que, nas últimas eleições, conseguiram desenvolver práticas sustentáveis para a destinação adequada dos resíduos de campanha eleitoral.

A Figura 1 apresenta alguns dados referentes aos resultados alcançados pela Justiça Eleitoral tocantinense, em decorrência das ações implementadas em prol da gestão de resíduos sólidos e da sustentabilidade, com destaque para algumas empresas de reciclagem que têm sido parceiras do TRE-TO.



Figura 1: Alguns resultados dos projetos de gestão de resíduos sólidos no âmbito do TRE-TO (BRASIL/TRE/TO, *online*)
Fonte: Criação própria dos autores (2022).

Na Tabela abaixo consta alguns dados do TRE-TO alcançados em 2021, os quais em comparação com 2019, demonstram a racionalização dos recursos públicos, resultados das práticas de conscientização e responsabilidade implementadas por seus servidores.

PRODUTOS	ECONOMIA%	ECONOMIA R\$
PAPEL A4	90,20%	R\$ 21.818,23
IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA	75,70%	R\$ 31.795,98
COPO DESCARTÁVEL	55% (400 centos)	R\$ 943,63
ÁGUA ENVASADA	41,80%	R\$ 5.129,83
ÁGUA TRATADA	26,44%	R\$ 28.575,26
ENERGIA ELÉTRICA	21,08% (373.325 Kwh)	R\$ 396.044,37
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E COMBUSTÍVEL	31% 31,31%	R\$ 135.826,54

Tabela : Racionalização de gastos públicos na Justiça Eleitoral do Tocantins - dados de 2021 em relação a 2019 (BRASIL/TRE/TO, *online*)

Fonte: Criação própria dos autores (2022).

Além da gestão de resíduos sólidos, o TRE-TO também trabalha com ações voltadas à geração de energia limpa, compra e contratação sustentáveis, sendo que, tudo começa a partir das atividades de capacitação e conscientização, interna e externa, com foco na formação de multiplicadores em sustentabilidade, conforme Figura 2.

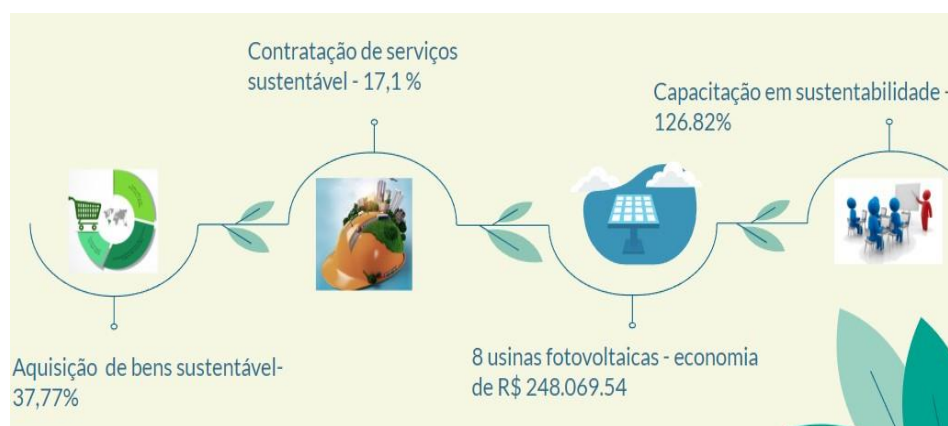


Figura 2: Dados do consumo consciente e mobilização na implementação da Agenda 2030 no TRE-TO (BRASIL/TRE/TO, *online*)

Fonte: Criação própria dos autores (2022).

O PLS, também, encontra-se alinhado ao projeto “Eleições sem Sujeira”, que por sua vez, vem orientando candidatos e partidos políticos para evitar o derrame de material de propaganda nas eleições. As atividades de informação têm promovido a destinação adequada dos resíduos de campanha eleitoral, minimizando o derrame de plafletos de propaganda na véspera e no dia das eleições que, além de ser crime, compromete o meio ambiente e avulta os gastos públicos.

Desde a implantação do programa Eleições sem Sujeira os dados apresentados ao final de cada eleição têm sido positivos. Em 2022, por exemplo, além da destinação adequada dos resíduos de campanha, houve redução de mais de 80% de denúncias sobre “derrames de santinhos” em relação às eleições anteriores (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Consequentemente, reduziu o número de processos de crime eleitoral (derrames de santinhos), poluição ambiental e visual (economia nos gastos públicos e promoção da sustentabilidade) e resíduos sólidos, racionalizando a prestação jurisdicional e a gestão pública.

Digno de elogios, o projeto “Agentes da democracia” do TRE-TO, que trabalha a formação de eleitores e de políticos do futuro, nos 139 municípios do Tocantins, também tem favorecido a inclusão social e a educação sociopolítica dos estudantes das escolas públicas e privadas, o que ampliou, por consequência, a participação política e o número de registro eleitoral do jovem eleitor.

As ações desse projeto envolvem palestras que destacam a importância do voto e a escolha de candidatos(as) comprometidos(as) com o interesse coletivo, além de realizar atividades interativas, a exemplo de jogos de tabuleiro, apresentação teatrais, eleições simuladas na urna eletrônica e alistamento eleitoral etc. O projeto vem contribuindo para a implementação do ODS 4 (educação de qualidade).

No período de junho de 2021 a junho de 2022, foram realizadas 193 ações, com atendimento de 33 Zonas Eleitorais do Tocantins, contemplando 130 municípios e 173 escolas. Participaram desses eventos 17.969 estudantes. Os resultados do relatório, disponibilizados no portal da internet do TRE-TO, destacam o total de 30.433 registros de alistamento eleitoral de jovens para o pleito eleitoral de 2022, sendo que 3.946 registros foram realizados via TítuloNet (BRASIL/TRE/TO, *online*).

O sucesso desse programa somente está sendo possível pela receptividade, a colaboração e a disponibilidade dos diretores, coordenadores e professores das escolas locais. (BRASIL/TRE/TO, *online*).

Por fim, outra ação não menos importante, é o Programa “+ Mulher + Democracia” que objetiva fortalecer nas mulheres os conceitos de cidadania e democracia, esclarecer sobre direitos

e deveres da mulher no processo político brasileiro, conscientizar as mulheres para a importância de sua capacidade eleitoral ativa e passiva, enfatizar a autonomia feminina na escolha de candidatos(as) (BRASIL/TRE/TO, *online*). Essa proposta apresenta uma metodologia expositiva (palestra sobre o tema) e participativa (debates) que desenvolvem eventos de conscientização, enfatizando a importância da mulher na política, nos espaços de poder e na democracia brasileira.

Os dados apresentados pelo TRE-TO, no período de junho de 2021 a junho de 2022, revelaram que foram realizadas ações em 11 Zonas Eleitorais do Estado do Tocantins, contemplando 10 municípios e, ao todo, ocorreram 15 ações. No ano de 2021 foram realizadas lives e rodas de conversas, via *online*, com mais de duas mil visualizações. Já em 2022, em decorrência do remoto às atividades presenciais, esses eventos foram realizados de forma presencial (BRASIL/TRE/TO, *online*). Infere-se, portanto, que as ações dessa proposta estão alinhadas ao ODS 5 (igualdade de gênero).

Nas eleições de 2022, dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) demonstram que o gênero feminino representa a maioria do eleitorado brasileiro (52,7%), mas as mulheres ainda continuam subrepresentadas na democracia contemporânea, o que torna imprescindível a continuidade desse projeto de inclusão sociopolítica rumo a implementação do ODS 5, com vistas à promoção da igualdade de gênero na política e em todos os contextos sociais (BRASIL/TSE, 2022).

Os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) destacam que as candidatas femininas, nas eleições de 2022, receberam apenas 13,80 % do total dos votos para o cargo de Senador e, do total de 58 candidatas, apenas 4 mulheres foram eleitas para o Senado Federal, representando menos de 20% da representação de gênero no Senado (BRASIL/TSE, 2022).

Já para a Câmara dos Deputados, a subrepresentação é recorrente, do total de 513 cargos para deputado federal, somente 91 mulheres foram eleitas. (BRASIL/TSE, 2022).

Segundo as lições da filósofa norte-americana Fraser (2007), para haver “Justiça”, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. Para tanto, propõe uma análise de gênero ampla o bastante para abrigar toda a variedade de preocupações feministas, capaz de abranger tanto redistribuição (área física - alocação justa de recursos como remédio da dominação masculina) quanto reconhecimento (área intelectual - coexistência da relação social de forma paritária). Uma abordagem não-identitária do reconhecimento, capaz de operar junto com a redistribuição poderiam corrigir, simultaneamente, a má distribuição e o não reconhecimento, na perspectiva de gênero (Fraser, 2007).

Logo, não basta ter mulheres participando das cotas no sistema de registro de candidatura, é fundamental políticas públicas de empoderamento e reconhecimento de seu *status*

numa verdadeira democracia. A paridade é inevitável para a consecução da isonomia, do Estado Democrático de Direito e, principalmente, para a garantia dos Direitos Humanos.

Assim, os resultados apresentados demonstraram que a multifocalidade na promoção da institucionalização da Agenda 2030 e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constituem mecanismos viáveis à construção de uma sensibilização e mobilização social mais consciente e responsável para a sustentabilidade.

4 Considerações finais

Os achados apontam para a confirmação da hipótese de que: as práticas de extensão e as parcerias intersetoriais podem contribuir positivamente para o alcance dos 17 ODS e das 169 Metas da Agenda 2030, sendo que o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) trata-se de uma força motriz para o impulsionamento das práticas locais por mais desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás.

O presente estudo demonstrou que é possível a formação de multiplicadores em sustentabilidade, a partir da revitalização e da aliança local para o desenvolvimento sustentável.

A partir da ação de extensão Assessores Populares em ODS: prática e localização da Universidade Federal do Tocantins, foi possível verificar que os mestrands e as mestrandas que participaram do projeto, além de ter compreendido o processo histórico, os conceitos e a importância da Agenda 2030 e dos 17 ODS para o desenvolvimento sustentável, também demonstraram que podem trabalhar como multiplicadores para a disseminação desse conhecimento e atuar como agentes locais, ao lado dos gestores públicos e da própria comunidade, para a implementação dos ODS.

Nesse aspecto, importante pontuar que a Justiça Eleitoral do Tocantins também pode ser uma parceira fundamental no processo de formação com vistas à institucionalização da Agenda 2030 e à implementação ODS a nível, pois os achados apresentados neste estudo evidenciaram avanços positivos nos programas permanentes desse órgão do Poder Judiciário, a exemplo do Plano de Logística Sustentável, Agentes da Democracia, Eleições sem Sujeira e + Mulher + Democracia, os quais têm promovido a inclusão sociopolítica da sociedade e contribuído para a redução dos gastos públicos, a saúde, o bem-estar e qualidade ambiental no trabalho.

Assim, tanto a Universidade Federal do Tocantins como o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins podem, por meio das parcerias intersetoriais, auxiliar o Governo do Estado do Tocantins e os Gestores Municipais a promoverem a institucionalização da Agenda 2030, rumo à implementação

dos objetivos de desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás e sem comprometer as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, K. *et al.* (2017). *Earth observation in service of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Geo-Spatial Information Science, 2-4 PARK SQUARE, MILTON PARK, ABINGDON OX14 4RN, OXON, ENGLAND, v. 20, n. 2, p. 77–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10095020.2017.1333230>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ALEXANDRE, V. P.; MARTINS, B. B.; HAROLD, C. A. da S. (2018). *Potencializando o desenvolvimento humano sustentável por meio do apoio à mercados locais em um município de Goiás, Brasil. Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 17–28. DOI: 10.20396/san.v25i3.8651328. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8651328>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BAILEY, D. *et al.* (2020). *Regions in a time of pandemic*. *Regional Studies*, v. 54, n. 9, p. 1163-1174, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00343404.2020.1798611>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BASTIDA, M. *et al.* (2020). *Fostering the Sustainable Development Goals from an Conducive Ecosystem to the SE: The Galician's Case*. *Sustainability*, n. 12, p. 500. <https://doi.org/10.3390/su12020500>. Acesso em: 30 out. 2022.
- BAZZOLI, J. A. (2021). *Agenda 2030: extensão como trajeto para institucionalização*. *Revista Conexão*. UEPG, Ponta Grossa, Paraná – Brasil. V. 17, e2119494, p. 01-16. Disponível em: <https://www.revista2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/19494>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- BOER, N., & SILVA, M. T. da. (2021). *Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), cidades educadoras e a curricularização da extensão: uma abordagem integrada*. *Vivências*, 17(34), 167-182. <https://doi.org/10.31512/vivencias.v17i34.529>. Acesso em: 29 out. 2022.
- BRASIL. CNJ. *Agenda no Poder Judiciário*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/agenda-2030/>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BRASIL. TRE-TO. *Programas e projetos institucionais*. Disponível em: <https://www.tre-to.jus.br/o-tre/programas-projetos-institucionais/programas-projetos-institucionais>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BRASIL. TSE. (2022). *Divulgação dos resultados das eleições 2022*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- EL-JARDALI, F., ATAYA, N.; FADLALLAH, R. (2018). *Changing roles of universities in the era of SDGs: rising up to the global challenge through institutionalising partnerships with governments and communities*. *Health Res Policy Systems*, n.16, p.38, 2018. <https://doi.org/10.1186/s12961-018-0318-9>. Acesso em: 15 out. 2022.

FRASER, N. (2007). *Reconhecimento sem ética?* Artigo originalmente publicado na revista Theory, Culture & Society, v. 18, p. 21-42, 2001. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. Republicado em Lua Nova, São Paulo. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100006>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FREIRE, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. 81ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 256 p.

_____. (2019). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 144 p.

_____. (2019). *Educação como prática da liberdade*. 53ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 191 p.

_____. (2020). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 112 p.

GADOTTI, M. (2017). *Extensão universitária: para quê*. Instituto Paulo Freire, 15: 1-18. Disponível na base de dados Google Acadêmico. Acesso em: 14 out. 2022.

Yin R. (2014). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 320p.

LOHN, V. M. (2016). *A Responsabilidade Social nas Instituições de Ensino Superior e a Importância da Formação de Alianças Intersetoriais*. **Revista Eletrônica Estácio Papirus**, v. 1, n. 2. jul./dez. ISSN 2448-2080. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/papirusantacatarina/article/viewArticle/1972>. Acesso em: 30 out. 2022.

MACEDO, D. L., CALAZANS, S., DE SOUZA, W. J., PEQUENO, N. P. F., DE ARAÚJO, F. R. e DE LIMA JÚNIOR, V. (2019). *Integrando a extensão universitária ao ensino e à pesquisa em Administração: sistematização de experiência junto a indígenas à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 563-608. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n3.1505>. Acesso em: 29 out. 2022.

MONTEIRO, M. R. (2017). *Promoção da saúde: Recurso Hídrico, Educação, Saúde e Meio Ambiente para a prática da cidadania no interior do Amazonas*. **Revista Sustinere**, v. 5, n. 1, p. 5-23. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/27825>. Acesso em: 3 nov. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S.l.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 30 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. (2020). *Relatório da ONU sobre progresso dos ODS aponta que a COVID-19 está comprometendo avanços no campo social*. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs>. Acesso em: 30 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. (2021). *ONU: próximos 18 meses são cruciais nos esforços globais para reverter os impactos da pandemia | As Nações Unidas no Brasil*. [S.l.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134651-onu-proximos-18-meses-sao-cruciais-nos-esforcos-globais-para-reverter-os-impactos-da>. Acesso em: 30 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL/IPCC. (2021). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Masson-Delmotte, V., P. et al. (ed.)]. Cambridge University Press. In Press. Acesso em: 30 out. 2022.

NILSSON, M. et al. (2018). *Mapping interactions between the sustainable development goals: lessons learned and ways forward*. **Sustainability Science**, Shiroyama trust tower 5F, 4-3-1 Toranomon, Minato-Ku, Tokyo, 105-6005, Japan, v. 13, n. 6, p. 1489-1503. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-018-0604-z>. Acesso em: 30 out. 2022.

NILSSON, M.; WEITZ, N. (2019). *Governing trade-offs and building coherence in policy-making for the 2030 Agenda*. **Politics and Governance**, Rua Fialho Almeida 14, 2 ESQ, Lisbon, 1070-129, Portugal, v. 7, n. 4, p. 254-263. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/pag.v7i4.2229>. Acesso em: 30 out. 2022.

RAMOS, D. A. L., VILLELA, L. E., & MAURY, P. M. (2021). *Extensão universitária: apoio à participação social para o desenvolvimento dos territórios rurais*. *NAU Social*, 12(22), 564–577. <https://doi.org/10.9771/ns.v12i22.38523>. Acesso em 29 out, 2022.

RODRIGUES, A. L. L., COSTA, C. L. N. do A., PRATA, M. S., BATALHA, T. B. S., & PASSOS NETO, I. de F. (2013). *Contribuições da extensão universitária na sociedade*. **Caderno De Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE**, 1(2), 141–148. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 14 out. 2022.

SANTANA, F. R. (2019). *Extensão Universitária & Saúde Ambiental*. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24510>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SANTOS, B. S., ALMEIDA FILHO, N. de. (2008). *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina. Disponível na base de dados Google Acadêmico. Acesso em: 14 out. 2022.

SEN, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradutora Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 2010. 464p.

THIOLLENT, M. (2018). *Metodologia da pesquisa-ação*. 18.ed. São Paulo: Cortez, 136p.

VENTURA, M. M. (2007). *O estudo de caso como modalidade de pesquisa*. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386. Disponível na base de dados Google Acadêmico. Acesso em 15 de out. 2022.

WARSCHAUER, Marcos e CARVALHO, Yara Maria de. (2014). *O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP*. Este artigo é parte da dissertação de mestrado: “Lazer e Saúde: as práticas corporais no sistema público de Santo André”, aprovada no Programa de Pós-Graduação em Pedagogia do Movimento da Faculdade de Educação Física e Esporte da USP, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). . *Saúde e Sociedade* [online]. 2014, v. 23, n. 1 [Acessado 21 Outubro 2022] , pp. 191-203. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100015>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100015>.

WEITZ, N. *et al.* (2018). *Towards systemic and contextual priority setting for implementing the 2030 agenda*. **Sustainability Science**, Shiroyama trust tower 5F, 4-3-1 Toranomom, Minato-Ku, Tokyo, 105-6005, Japan, v. 13, n. 2, p. 531-548. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0470-0>. Acesso em: 30 out. 2022.

ZANI, Felipe Barbosa e TENÓRIO, Fernando Guilherme. (2014). *Gestão social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ*. **Organizações & Sociedade** [online]. V. 21, n. 68, pp. 853-874. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1984-92302014000100006>>. Epub 14 Abr 2014. ISSN 1984-9230. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302014000100006>. Acesso em: 21 out. 2022.